



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPEMIG - Chamada nº. Chamada 016/2022 BIC JR/2022

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2022.

CHAMADA FAPEMIG 016/2022

SELEÇÃO PÚBLICA DE ADESÃO AO PROGRAMA INSTITUCIONAL -INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA JÚNIOR - BIC JR

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, em cumprimento a [Deliberação nº181/2022](#), torna pública a presente Chamada e convida as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas sem fins lucrativos e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTMG) sediadas no estado de Minas Gerais para credenciamento ao Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica na modalidade Iniciação Científica Junior (BIC Jr) da FAPEMIG, em conformidade com o que estabelece a presente Chamada.

1. OBJETIVO

Credenciar as Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTMG) sediadas no estado de Minas Gerais, para a concessão de cotas de bolsas de Iniciação Científica Júnior (BIC Jr) conforme suas capacidades de orientação nessa modalidade e despertar em estudantes do ensino médio e de educação profissional da Rede Pública, a vocação científica para a pesquisa, concedendo bolsas para participarem de projetos/atividades de pesquisa ou de extensão científica, tecnológica ou de inovação, orientados por pesquisador qualificado.

2. PRAZO DO CREDENCIAMENTO

O prazo do credenciamento será de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por até 12 meses, contados a partir da contratação das propostas aprovadas, por meio da celebração de convênio.

3. PROPOSTAS ELEGÍVEIS

São consideradas elegíveis as propostas das Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTMG) sediadas no estado de Minas Gerais, que se comprometam a implementar programa de Iniciação Científica Jr. nos moldes descritos na presente Chamada.

3.1 A Instituição, ora denominada Proponente, ao solicitar o credenciamento no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior - BIC Jr da FAPEMIG, considerando o objetivo do Programa, deve:

3.1.1 Estar cadastrada na FAPEMIG (<https://FAPEMIG.br/pt/menu-servicos/instituicoescadastradas/>).

3.1.2 Estar ciente das diretrizes específicas constantes no Manual da FAPEMIG

http://www.fapemig.br/media/filer_public/3a/4f/3a4f0552-446c-490f-af54-95bdf7518083/caderno_de_modalidade_cientifica_2020.pdf

3.1.3 Constituir-se enquanto Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas sem fins lucrativos ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTMG) sediadas no estado de Minas Gerais.

3.1.4 Possuir projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico ou inovação em andamento.

3.1.5 Assumir os compromissos listados no item 6.2.2 Contrapartida de Instituição.

3.1.6 Atender os requisitos da Portaria PRE 01/2021 ou da Portaria PRE 12/2021, além de manter cadastro da Matriz e Filial quando for o caso junto à FAPEMIG e/ou ao CAGEC.

3.1.7 Estar adimplente em até 30 dias após resultado da presente Chamada.

3.1.8 Ter pelo menos, 16 (dezesesseis) cotas do PIBIC da FAPEMIG, calculadas conforme Deliberação do Conselho Curador n. 166, de 13 de abril de 2021.

3.1.9 Conforme a deliberação Nº 181, de 12 de abril de 2022, artigo 2º, parágrafo 1º, a manutenção da cota dependerá da apresentação de relatório anual que evidencie o cumprimento dos compromissos assumidos no programa, bem como da manutenção do número mínimo exigido de cotas do PIBIC-JR da FAPEMIG, de acordo com o previsto no item 3.1.8.

3.1.10 Criar/manter um programa interno de Iniciação Científica JR, prevendo a participação dos bolsistas no congresso de Iniciação Científica a ser realizado em cumprimento ao previsto no parágrafo segundo, Art. 2º da Deliberação do Conselho Curador n. 166, de 13 de abril de 2021, para apresentação de resultados de pesquisas (ainda que parciais) e compartilhamento de experiências.

3.1.10.1 A distribuição das bolsas dentro do programa interno da Instituição deverá ser feita de forma impessoal, obedecendo a critérios transparentes, voltados para a formação e a capacitação científica e/ou tecnológica dos bolsistas.

3.1.11 Estar credenciada junto ao PIBIC da FAPEMIG nos termos das Chamadas 002/2021 ou 008/2022 – PIBIC.

3.2 Por parte da Proposta

A proposta a ser submetida deve:

3.2.1 Ser elaborada e submetida por meio de Formulário eletrônico disponível no sistema Everest.

3.2.1.1 Não serão aceitas propostas submetidas de qualquer outra forma.

3.2.2 Contemplar planejamento/plano de trabalho a ser desenvolvido no período de 5 (cinco) anos, preenchido diretamente no sistema Everest, detalhando:

3.2.2.1 Principais atividades desempenhadas pela Instituição na área de ciência, tecnologia e inovação.

3.2.2.2 Áreas a serem desenvolvidas, com a justificativa interligada à missão e às áreas/setores de atuação da Instituição e resultados esperados.

3.2.3 Indicação do setor que será responsável pela implementação e acompanhamento do programa no âmbito da Instituição, bem como a pessoa responsável pela realização do evento anual, apresentação do relatório anual e interlocução com a FAPEMIG, além da indicação do responsável pela gestão e fiscalização do programa conforme o disposto no art. 90 do Decreto Estadual n. 47.442/2018.

3.2.4 Apresentar o número de Escolas da Rede Pública Parceiras (ERPP). Para efeito do cálculo das cotas de cada instituição, o número de ERPP a ser considerado será no máximo 10 (dez). Números fracionários para as cotas BIC JR serão arredondados para cima.

3.2.5 Informar o nome, endereço e contato das Escolas da Rede Pública Parceiras (ERPP) contabilizadas no item 3.2.4.

3.3 Por parte do beneficiário

Para ser beneficiário, o bolsista deve atender às seguintes condições:

3.3.1 Ser residente no Estado de Minas Gerais.

3.3.2 Estar cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq e no Sistema EVEREST da FAPEMIG.

3.3.3 Não ser detentor de outra bolsa, proveniente de qualquer fonte.

3.3.4 Estar matriculado regularmente em curso do ensino médio ou de educação profissional da Rede Pública.

3.3.5 Não ter vínculo empregatício.

3.3.6 Ter dedicação integral às atividades de pesquisa propostas no Plano de Trabalho.

3.3.4 Consultar o manual da FAPEMIG.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1 O valor do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior – BIC Jr será de até R\$2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil reais) por ano.

4.2 O número de cotas concedidas a cada Instituição será estabelecido conforme Convênio a ser firmado. A liberação de recursos financeiros dar-se-á diretamente aos bolsistas, mediante ateste da frequência/solicitação de pagamento pela Instituição.

4.2.1 Fica estabelecido o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a bolsa BIC JR, o qual poderá ser reajustado sempre que houver reajuste nas demais bolsas de formação fomentadas pela FAPEMIG.

4.3 As despesas decorrentes deste Programa correrão à conta das dotações orçamentárias da FAPEMIG a seguir relacionadas ou pelas que as sucederem:

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.20.41.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.50.43.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.90.18.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.90.39.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.90.41.0.10.1.

5. PROPOSTAS

As propostas deverão ser preenchidas no sistema Everest pelo representante legal da Instituição, ou pela autoridade cuja competência para essa finalidade tenha sido delegada formalmente, devidamente comprovada por meio da anexação no sistema Everest de cópia de ato de delegação ou procuração, e conter:

5.1 Formulário Eletrônico do Everest (<http://everest.FAPEMIG.br/home/login>), devidamente preenchido.

5.2 Informações referentes ao item 3.2.2 ao 3.2.5.

5.3 Informar o número de bolsas pleiteado, conforme Anexo Único da Deliberação 181 de 12 de abril de 2022.

5.3.1 Para as instituições que promovam a educação profissional técnica de nível médio:

5.3.2 Para as demais IES e ICTMG:

5.3.3 PIBIC = Número de cotas apresentadas no PIBIC da FAPEMIG, calculadas conforme Deliberação do Conselho Curador n. 166, de 13 de abril de 2021.

5.3.4 ERPP = Número de Escolas da Rede Pública Parceiras.

5.4 Para efeito do cálculo das cotas de cada instituição, o número de ERPP a ser considerado será no máximo 10 (dez). Números fracionários para as cotas BIC JR serão arredondados para cima.

5.4.1 O número de cotas que competirá a cada instituição será determinado considerando o número de cotas obtidas no âmbito do PIBIC, que por sua vez considera o potencial de orientação de cada entidade, bem como a amplitude do programa interno de Iniciação Científica JR de cada instituição, baseada no número de Escolas da Rede Pública parceiras do programa por meio de seus estudantes, nos termos do Anexo Único da Deliberação n. 181/2022.

6. AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Esta fase compreende três etapas.

6.1 Enquadramento: as propostas submetidas serão analisadas pelo corpo técnico da FAPEMIG para verificar se atendem aos requisitos objetivos dos termos desta Chamada. Esta etapa é eliminatória.

6.2 Avaliação: as cotas de bolsa serão distribuídas em observância aos critérios estabelecidos pela [Deliberação nº181/2022](#) do Conselho Curador da FAPEMIG, da seguinte forma:

6.2.1 O número de cotas que competirá a cada instituição será determinado considerando o número de cotas obtidas no âmbito do PIBIC, que por sua vez considera o potencial de orientação de cada entidade, bem como a amplitude do programa interno de Iniciação Científica JR de cada instituição, baseada no número de Escolas da Rede Pública parceiras do programa por meio de seus estudantes, nos termos do Anexo Único da Deliberação 181 de 12 de abril de 2022.

6.2.1.1 O número de cotas concedidas será reavaliado anualmente, considerando o Art.7 da Deliberação 181/2022 e os parâmetros mencionados no Art. 3º da mesma deliberação e o instrumento jurídico a ser firmado com a FAPEMIG.

6.3 Homologação: as propostas recomendadas nas etapas anteriores serão homologadas pela Diretoria Executiva da FAPEMIG.

6.3.1 O número de cota de bolsas homologado pela Diretoria Executiva será o número máximo de bolsas a serem concedidos para a proponente. A FAPEMIG se reserva o direito de conceder um número menor que o homologado, a depender da disponibilidade financeira.

6.3.1.1 O número de bolsas concedidas é recalculado anualmente em setembro.

7. ACOMPANHAMENTO

7.1 A FAPEMIG reserva-se o direito de, a qualquer tempo, acompanhar o desenvolvimento das atividades e verificar o cumprimento das condições fixadas no Convênio assinado pela FAPEMIG e a Credenciada.

7.2 Os resultados obtidos pelo financiamento das propostas individuais servirão de subsídio para o próximo credenciamento, quando serão avaliados:

7.2.1 A melhoria nos indicadores de CT&I da instituição.

7.2.2 Quantidade e qualidade dos projetos desenvolvidos no período.

7.2.3 Qualidade dos eventos anuais.

7.2.4 Impacto do programa institucional na qualidade da formação de novos profissionais.

8. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1 O resultado da seleção das propostas será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma de extrato e, na íntegra, na página da FAPEMIG no endereço <http://www.fapemig.br/pt/>.

8.1.1 A divulgação do número de cotas ocorrerá no site da FAPEMIG.

8.2 Eventuais recursos poderão ser interpostos, oficialmente, junto ao Diretor de Ciência Tecnologia e Inovação da FAPEMIG, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a publicação dos resultados, nos seguintes casos:

8.2.1 Quando o solicitante entender que houve erro formal na aplicação do item 6.2.1.

8.2.2 Quando o solicitante julgar que houve falha de procedimento operacional ou administrativo.

8.3 A apresentação das razões de recurso deverá ser efetuada, preferencialmente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no módulo de Peticionamento Eletrônico e encaminhada à unidade SEI FAPEMIG/DCTI. Poderá também ser endereçada ao Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG, via correio ou protocolado na sede da FAPEMIG.

8.3.1 As orientações sobre o Peticionamento Eletrônico via SEI podem ser consultadas no [Guia Rápido SEI – Interposição de Recursos \(Guia SEI-FAPEMIG - Interposição de Recurso\)](#) .

8.3.2 Não serão aceitos os recursos submetidos fora das normas e dos prazos estabelecidos. Será considerada a data e hora do envio do processo SEI à unidade descrita no item 8.3 e, no caso de ser enviado pelo correio, será considerada a data de postagem.

8.4 Recursos administrativos interpostos de acordo com o item 8.3 impedirão o andamento normal das ações somente com relação a este recorrente.

8.5 Os resultados dos recursos, previstos no subitem 8.2, serão comunicados por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e será dada a devida publicidade no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

8.6 O recurso dirigido ao Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG, o qual, se não reconsiderar a sua decisão, será encaminhado à Presidência da FAPEMIG, exaurindo a esfera administrativa como última instância de análise recursal no âmbito da FAPEMIG.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1 Esta Chamada submete-se aos dispositivos legais e regulamentares vigentes, no Manual da FAPEMIG e do Caderno de Modalidades.

9.2 O Manual da FAPEMIG encontra-se disponível na página da FAPEMIG, no endereço <http://www.fapemig.br/pt/>.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva da FAPEMIG.

10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1 A ausência de quaisquer documentos e informações necessárias para o julgamento do mérito da proposta, bem como o preenchimento incorreto do Formulário Eletrônico e seus anexos, implicará na desqualificação da proposta.

10.2 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar esta Chamada, por irregularidade na aplicação da Lei, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no módulo de Peticionamento Eletrônico, endereçado à unidade SEI FAPEMIG/DCTI, devendo protocolar o petição até 5 (cinco) dias úteis antes da data final fixada para recebimento de propostas, cabendo à FAPEMIG julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

10.2.1 Decairá o direito de impugnar os termos da Chamada após o prazo estabelecido.

10.2.2 Aquele que, tendo aceito sem objeção os termos desta Chamada, não poderá apontar, posteriormente ao prazo definido no item 10.2, eventuais falhas ou imperfeições, hipótese em que sua manifestação não terá efeito.

10.3 Outras informações poderão ser obtidas junto à Central de Informações da FAPEMIG: <http://www.fapemig.br/pt/envio-de-perguntas/>.

11. CALENDÁRIO

11.1 As propostas serão recebidas, eletronicamente, pela FAPEMIG, até as dezessete horas do dia 09 de setembro de 2022 e, desde que iniciadas dentro desse prazo, poderão ser finalizadas até as 23:59 horas do mesmo dia.

11.2 A FAPEMIG não se responsabiliza por qualquer problema na submissão das propostas motivada por eventuais falhas de conexões com a internet, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados. Essas eventualidades não serão aceitas como argumento para a submissão de propostas após o prazo. Recomenda-se que as propostas sejam encaminhadas com prudente antecedência.

A data para a divulgação dos resultados poderá sofrer alteração e cabe ao proponente acompanhar no site da FAPEMIG eventuais alterações.

ETAPAS	DATA
Lançamento da Chamada na página da Internet da FAPEMIG e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.	09/08/2022
Limite para submissão eletrônica das propostas	Até às 17h do dia 09/09/2022
Divulgação dos resultados na página da Internet da FAPEMIG a partir de	23/09/2022
Prazo para interposição de recursos.	Até 10 dias corridos a partir da divulgação do resultado
Divulgação do resultado final – após análise dos recursos – na página da Internet da FAPEMIG e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.	06/10/2022

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva da FAPEMIG, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

12.2 As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados da FAPEMIG serão de domínio público, salvo as exceções legais.

12.3 A presente Chamada poderá ser revogada ou anulada a qualquer tempo, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FAPEMIG, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.4 A FAPEMIG poderá revogar ou anular o número de cotas no todo ou em parte, a qualquer tempo, por meio de decisão devidamente fundamentada da Diretoria Executiva, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer

natureza.

Belo Horizonte, 8 de agosto de 2022.

Prof. Dr. Marcelo Gomes Speziali,
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação

Prof. Dr. Paulo Sergio Lacerda Beirão
Presidente

ANEXO I - CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (PD&I) DE CONCESSÃO DE COTA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA JUNIOR - BIC JR Nº x.XX/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG E A <INSTITUIÇÃO>, NA FORMA ABAIXO.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, com sede na Avenida José Cândido da Silveira, n. 1500, bairro Horto, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o n. 21.949.888/0001-83, neste ato representada por seu Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcelo Gomes Speziali, conforme ato de nomeação do Sr. Governador publicado no Diário Oficial do Estado em 27/08/2021, inscrito no CPF nº 046.634.836-31, ou pela servidora Cynthia Mendonça Barbosa, inscrita no CPF nº 062.807.716-52, ambos com delegação prevista na Portaria PRE Nº 026/2021, publicada no “Minas Gerais” de 25/06/2021, doravante denominada **FAPEMIG**, e a <Instituição>, inscrita no CNPJ sob o n. <Número>, com sede na <Endereço>, neste ato representada por seu <Representante Legal>, inscrito no CPF sob o n. <Número>, doravante denominada **EXECUTORA**, sendo denominadas em conjunto como PARTÍCIPES, resolvem celebrar o presente **Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I de Concessão de Cota de Bolsas de BIC Jr- Iniciação Científica e Tecnológica Jr. nº 016/2022**, nos termos dos arts. 211 e 212 da Constituição do Estado, com base no art. 82, §1º, inciso IV, do Decreto Estadual n. 47.442/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de cotas à **EXECUTORA** para outorga e pagamento de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior - BIC Jr, com objetivo de Incentivar e despertar a iniciação de estudantes do ensino médio, educação profissional em atividades de pesquisa científica e tecnológica de forma a estimular a sua vocação científica e contribuir para a sua formação escolar ou acadêmica, inovação, orientados por pesquisador, conforme estabelecido no Manual e Regulamentos da **FAPEMIG**.

Parágrafo Primeiro – O Plano de Trabalho aprovado, parte integrante e indissociável do presente Convênio, compreenderá as informações mínimas que nele devem constar, nos termos do art. 78 do Decreto Estadual n. 47.442/2018.

Parágrafo Segundo – O número de cotas aprovadas para a **EXECUTORA** será fixado anualmente pela **FAPEMIG**, com a devida adequação no Plano de Trabalho, a partir dos critérios estabelecidos na Deliberação n. 181/2022 do Conselho Curador da FAPEMIG, ou outras que vierem a substituí-la.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES

A vigência do presente convênio é de 5 (cinco) anos, com início da vigência a partir da publicação no diário oficial, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses, por meio da celebração de Termo Aditivo, mediante proposta justificada e com a devida adequação do Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro – O prazo de vigência será prorrogado de ofício, pela **FAPEMIG**, no caso de atraso na liberação dos recursos ocasionado pela Administração Pública Estadual, limitado ao período verificado ou previsto para liberação.

Parágrafo Segundo – As condições estabelecidas no presente Convênio poderão ser alteradas por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes e mediante justificativa circunstanciada e adequação do Plano de Trabalho, sendo vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O valor global estimado para o período de vigência deste Convênio, a ser aportado pela **FAPEMIG**, é de R\$<VALOR> (valor por extenso), conforme especificado no plano de trabalho e mediante disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo Único – As despesas previstas neste Convênio correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo, ou por outras que as sucederem, sendo a alteração realizada por termo de apostila:

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.20.41.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.50.43.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.90.18.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.90.39.0.10.1;

2071.19.571.001.4007.0001.3.3.90.41.0.10.1.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A liberação dos recursos referentes a este Convênio será feita diretamente aos bolsistas, por intermédio de instituição financeira, mensalmente.

Parágrafo Primeiro – Somente após o ateste de frequência e verificação da inclusão do Termo de Compromisso pela EXECUTORA, a FAPEMIG efetuará o pagamento diretamente ao respectivo bolsista, por intermédio da instituição financeira vinculada, conforme previsto no plano de trabalho aprovado pela FAPEMIG.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros serão mantidos pela **FAPEMIG** em conta bancária de sua titularidade, da qual serão liquidadas as despesas realizadas por meio dos cartões de pagamento fornecidos aos bolsistas.

Parágrafo Único – Os recursos depositados na conta de relacionamento da **FAPEMIG** serão aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, em conformidade com o disposto no art. 116, § 4º, da Lei Federal n. 8.666/1993 e no art. 87 do Decreto Estadual n. 47.442/2018.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES DAS BOLSAS

O valor de cada modalidade de bolsa é fixado pelo Conselho Curador da FAPEMIG, e divulgado em seu sítio eletrônico (www.fapemig.br).

Parágrafo Único – O valor da bolsa poderá ser alterado na vigência do presente Convênio, por decisão do Conselho Curador, com a devida alteração no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Constituem obrigações:

7.1 – DA FAPEMIG

- a) Indicar anualmente à **EXECUTORA** o número de bolsas aprovadas, nos termos da Deliberação n. 181/2022 do Conselho Curador da FAPEMIG;
- b) Fornecer, por meio de contrato firmado com o Banco, cartão magnético de pagamento para os bolsistas;
- c) Repassar, mediante solicitação da **EXECUTORA**, as mensalidades de bolsas por meio da liberação de saldo nos cartões de pagamento, operacionalizada pelo Banco;
- d) Realizar o monitoramento, acompanhamento e fiscalização do presente Convênio;

7.2 – DA EXECUTORA

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das condições ajustadas neste Convênio, em conformidade com o Manual da FAPEMIG, os regulamentos específicos do BIC Jr e a legislação aplicável ao presente instrumento, sob pena de suspensão do auxílio concedido pela **FAPEMIG** e ressarcimento dos recursos repassados;
- b) Selecionar os bolsistas, a partir das cotas disponibilizadas pela **FAPEMIG**, por meio de chamamento público isonômico, impessoal, claro e objetivo;
- c) Celebrar Termo de Compromisso com os bolsistas, nos termos da Cláusula Oitava;
- d) Implementar as bolsas selecionadas no sistema Everest de acordo com as normas e o prazo estabelecido pela **FAPEMIG**;
- e) Solicitar à **FAPEMIG**, por meio do sistema Everest, o pagamento das mensalidades de bolsas, atestando a frequência do bolsista e o cumprimento das condições necessárias para a concessão do apoio;
- f) Manter atualizado, para cumprimento das disposições legais, um arquivo com informações administrativas relativas a cada aluno/bolsista, permanentemente disponível e acessível à **FAPEMIG**;
- g) Estabelecer um sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas e do cumprimento das diferentes fases previstas no Plano de Trabalho do presente Convênio, permitindo à **FAPEMIG** verificar, em qualquer momento, o estágio do desenvolvimento do trabalho dos alunos/bolsistas;
- h) Informar à **FAPEMIG**, por meio do sistema Everest, qualquer alteração pretendida pelo orientador, aluno/bolsista e demais interessados, observados os critérios de cada Programa, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias da eventual ação a ser desenvolvida pela **FAPEMIG**;
- i) Encaminhar à **FAPEMIG** relatório anual de monitoramento, nos termos da Cláusula Nona, e contendo a programação e detalhamento do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior;
- j) Assegurar formalmente, condições de execução de pesquisa e acesso dos bolsistas às instalações laboratoriais, bibliotecas ou outras, imprescindíveis à realização das atividades relativas aos desenvolvimentos dos Planos de Trabalho;
- k) Manter uma infraestrutura técnica e pedagógica compatível com as necessidades do plano de trabalho a ser desenvolvido pelo aluno/bolsista;
- l) Fazer referência expressa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no caso de publicação e/ou divulgação de trabalhos técnicos ou científicos dos bolsistas e resultantes dos estudos ou pesquisas originados do presente ajuste,

enviando 2 (dois) exemplares de cada publicação, ou versão digital, quando disponível, para o Departamento de Monitoramento e Avaliação de Resultados da FAPEMIG, **observada em ano eleitoral a Lei Federal 9.504/97**;

m) Arcar, a EXECUTORA, por quaisquer ônus advindos das relações diretas ou indiretas com terceiros estranhos ao presente Convênio, bem como acerca da relação com os bolsistas vinculados a Instituição, que não implicará em constituição da relação laborativa, empregatícia ou de qualquer natureza.

n) Realizar, anualmente, um Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior – BIC Jr, para divulgar os resultados dos trabalhos dos bolsistas por meio de apresentação oral ou na forma de pôster.

o) A FAPEMIG determinará o número de cotas obtidas no âmbito do PIBIC, considerando o potencial de orientação de cada entidade, conforme art. 3º da deliberação Nº181/2022.

Parágrafo Primeiro – A EXECUTORA é responsável pela correta aplicação do apoio concedido pela FAPEMIG, de acordo com sua finalidade, obrigando-se a ressarcir os recursos repassados em desconformidade com este Convênio, o Manual da FAPEMIG ou os regulamentos específicos dos Programas de Bolsas.

Parágrafo Segundo – A não devolução de eventual valor devido pelo bolsista enseja o ressarcimento à FAPEMIG pela EXECUTORA.

Parágrafo Terceiro – Após o ressarcimento à FAPEMIG, nos termos do parágrafo anterior, a EXECUTORA, amparada neste instrumento de convênio e no Termo de Compromisso a que se refere a Cláusula Oitava, poderá adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à recuperação dos valores junto ao bolsista que tenha dado causa à irregularidade.

o) Constituir Comissão Interna de Seleção para realizar a análise e seleção das solicitações de bolsas apresentadas pelos orientadores e para o acompanhamento e a avaliação anual dos resultados do apoio institucional concedido pela FAPEMIG. Apresentar o ato de constituição da Comissão informando nome, titulação e função dos componentes na Prestação de Contas.

CLÁUSULA OITAVA – DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE BOLSA

A EXECUTORA celebrará Termo de Compromisso com cada bolsista beneficiário do apoio concedido pela FAPEMIG por meio deste Convênio, em conformidade com o Manual e regulamentos da FAPEMIG, bem como demais normas aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – As informações mínimas que deverão constar no Termo de Compromisso são as constantes no modelo anexo a este Convênio.

Parágrafo Segundo – A celebração do Termo de Compromisso, bem como sua inserção no Sistema Everest, é condição necessária para o repasse da mensalidade de bolsa.

Parágrafo Terceiro – A outorga de bolsas não cria e não envolve relação empregatícia de qualquer espécie entre bolsistas, a FAPEMIG e a EXECUTORA.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A EXECUTORA atesta que o Plano de Trabalho integra o presente Convênio independente de transcrição, e contém a especificação das metas a serem atingidas, com indicadores que permitem avaliar o seu cumprimento ao longo do tempo.

Parágrafo Primeiro – A EXECUTORA encaminhará à FAPEMIG, a cada 12 (doze) meses a contar do início da vigência do presente Convênio, relatório de monitoramento das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados, com suas devidas comprovações, de acordo com os modelos disponibilizados pela FAPEMIG.

Parágrafo Segundo – A FAPEMIG reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, monitorar a execução das atividades e de solicitar informações complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A EXECUTORA obriga-se a encaminhar a prestação de contas técnico-científica do Convênio, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrada vigência do instrumento, ou após sua rescisão por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual e regulamentos da FAPEMIG, bem como na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro – Na prestação de contas final deverá ser encaminhado o relatório técnico-científico de convênios de bolsas de cotas, em formulário eletrônico disponível na página da FAPEMIG, demonstrando o cumprimento das atividades desenvolvidas e os resultados alcançados, conforme o Plano de Trabalho deste instrumento.

Parágrafo Segundo – As prestações de contas parciais serão realizadas a cada 12 (doze) meses, por meio dos relatórios de monitoramento de que trata a Cláusula Nona, ficando a liberação dos recursos para o período subsequente condicionada a sua aprovação pela FAPEMIG.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de reprovação integral ou parcial da prestação de contas técnico-científica, a EXECUTORA deverá efetuar o ressarcimento dos recursos, integral ou proporcionalmente, conforme o caso, sem prejuízo da correção monetária devida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

Como forma de garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, porventura decorrentes dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos bolsistas beneficiários dos recursos provenientes deste Convênio, obrigam-se os PARTÍCIPIES a manter o sigilo e a confidencialidade das informações pertinentes às pesquisas, quando couber, de forma a assegurar o atendimento ao requisito “novidade” exigido pela legislação.

Parágrafo Primeiro – A obrigação de sigilo e de confidencialidade prevista na presente Cláusula perdurará até que os direitos dos envolvidos tenham sido devidamente protegidos e cessará na hipótese de o projeto não originar direitos relativos à propriedade intelectual.

Parágrafo Segundo – A Cláusula de sigilo e confidencialidade não será objeto de renúncia por qualquer dos PARTICIPES e demais envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento do projeto, enquanto vigentes os objetivos e finalidades deste Convênio e suas cláusulas correspondentes, resguardando-se irrestritamente eventuais direitos de propriedade intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS RELATIVOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos relativos à propriedade intelectual, porventura resultantes dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos bolsistas beneficiários deste Convênio serão objeto de proteção, em conformidade com a legislação vigente, e terão como cotitulares a **EXECUTORA** e a **FAPEMIG**, respeitados os direitos do autor, inventor ou melhorista.

Parágrafo Primeiro – A exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual e os contratos de licença de exploração deverão ser ajustados de comum acordo entre os cotitulares do direito, nos Contratos de Cotitularidade, Transferência de Tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

Parágrafo Segundo – Qualquer cotitular do direito somente poderá explorar diretamente os resultados mediante comum acordo entre os demais cotitulares, expresso em termo escrito e assinado por todos.

Parágrafo Terceiro – Os direitos relativos à propriedade intelectual observarão a legislação vigente, em especial as Leis Federais n. 9.279/96 (Propriedade Industrial), n. 9.609/98 (Programas de Computador), n. 9.610/98 (Direitos Autorais) e n. 9.456/97 (Proteção de Cultivares), assim como as Leis Federais n. 10.973/04 e n. 13.243/16, o Decreto Federal n. 9.283/18, a Lei Estadual n. 17.348/08, o Decreto Estadual n. 47.442/18, a Deliberação n. 72/2013 do Conselho Curador da FAPEMIG e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Os ganhos econômicos auferidos em eventual exploração comercial de pesquisas e inovações resultantes de projetos desenvolvidos pelos bolsistas beneficiários deste Convênio, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados entre os cotitulares do direito, na proporção da titularidade, cujos percentuais serão definidos nos respectivos Contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

Parágrafo Único – É assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o autor, inventor ou melhorista, nos termos da Lei Federal n. 10.973/04, da Lei Estadual n. 17.348/08, do Decreto Estadual n. 47.442/18 e da Deliberação n. 72/2013 do Conselho Curador da FAPEMIG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por quaisquer dos partícipes, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Constituem motivos para rescisão unilateral do Convênio, a critério da **FAPEMIG**, as hipóteses previstas no art. 66 do Decreto Estadual n. 46.319/2013, assegurado o contraditório e a ampla defesa, podendo ainda a **FAPEMIG** suspender ou cancelar, ao seu exclusivo critério e a qualquer tempo, os benefícios definidos neste convênio, sem que disso resulte direito algum a reclamação ou indenização por parte da **EXECUTORA** ou de seus bolsistas.

Parágrafo Segundo – No caso de denúncia ou rescisão, ficam os partícipes vinculados às responsabilidades e compromissos assumidos, relativos ao prazo em que tenham participado da parceria, inclusive de prestar contas, por parte da **EXECUTORA**, caso tenha ocorrido liberação de recursos.

Parágrafo Terceiro – A violação de qualquer cláusula do presente Convênio importará em suspensão do apoio concedido, e, eventual, rescisão deste Convênio, além da devolução dos recursos recebidos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Os partícipes adotarão medidas internas para fiscalização, acompanhamento e transparência das ações desenvolvidas no âmbito do presente Convênio, em consonância com as normas legais.

Parágrafo Primeiro – A OUTORGANTE indica como responsável pela gestão e fiscalização a Comissão conforme Portaria PRE XX/2022 e a OUTORGADA indica como responsável pela gestão/fiscalização do convênio o Sr. **XXXXXX**.

Parágrafo Segundo – Os partícipes assegurarão o acesso dos agentes de controle interno, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

Parágrafo Terceiro – Os partícipes se obrigam, sob as penas previstas neste Convênio e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, em especial, considerando a Lei Federal n. 12.846/2013, preceitos éticos e de integridade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As normas de concessão, execução, pagamento, acompanhamento e prestação de contas do presente Convênio são as previstas na Lei Federal n. 10.973/2004, alterada pela Lei Federal n. 13.243/2016, na Lei Estadual n. 22.929/2018, nos Decretos Estaduais n. 47.442/2018 e n. 46.830/2015, no Manual da FAPEMIG e demais normas internas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, com eventuais alterações, bem como, de forma subsidiária e no que couber, as prescritas na Lei Federal n. 8.666/1993 e no Decreto Estadual n. 46.319/2013, ou outras que vierem a substituí-las, e demais normas aplicáveis ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do seu extrato resumido no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a encargo e providências da **FAPEMIG**, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Convênio que não puderem ser resolvidos pelas vias administrativas.

E, por estarem justos e avençados, os partícipes assinam o presente **Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de Concessão de Cota de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior - BIC Jr** no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MG.

Belo Horizonte, data de assinatura eletrônica.

Prof. Dr. Marcelo Gomes Speziali,
Diretor de Ciência Tecnologia e Inovação
<Representante Legal>
<Cargo e nome da instituição

ANEXO II – PLANO DE TRABALHO

FAPEMIG	PLANO DE TRABALHO - CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (PD&I) DE CONCESSÃO DE COTA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA JÚNIOR BIC JR	
---------	---	--

1. DADOS CADASTRAIS

NOME: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG		
NATUREZA JURÍDICA: Fundação de direito público		
CNPJ nº: 21.949.888.0001-83		
ENDEREÇO: Av. José Cândido da Silveira, 1500 – Bairro Horto		
CIDADE: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 31035-536
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:		C.P.F./ M.F.:
IDENTIDADE N.º:	DATA EXPEDIÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:

NACIONALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
CARGO:			
ENDEREÇO RESIDENCIAL:			
CIDADE:	UF:	CEP:	

2. INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE				CNPJ/MF
ENDEREÇO				
CIDADE	UF	CEP	DDD/TELEFONE	
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL				CPF
CART. IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO	MATRÍCULA
ENDEREÇO				CEP

3. DESCRIÇÃO DO CONVÊNIO

TÍTULO DO CONVÊNIO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e inovação (PD&I) de Concessão de Cota de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior - BIC Jr	INÍCIO	TÉRMINO
OBJETIVO DO CONVÊNIO		
Incentivar a iniciação de estudantes do ensino médio ou de educação profissional da Rede Pública em atividades de pesquisa científica e tecnológica de forma a estimular a sua vocação científica e contribuir para a sua formação escolar ou acadêmica, inovação, orientados por pesquisador.		

JUSTIFICATIVA DO CONVÊNIO

Nas Instituições de Ensino e Pesquisa, por vezes, o ambiente de pesquisa não se apresenta acessível aos jovens estudantes o que pode desfavorecer à formação de novos pesquisadores atuantes no país. Desta forma, o Programa representa uma importante ação para a formação de novos pesquisadores, de modo a impactar positivamente no ambiente acadêmico e científico do Estado.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO			DURAÇÃO	
			UNID	QUANT.	MESES	INÍCIO	TÉRMINO
01	1	Manter o Programa de Iniciação Científica Jr					
02	2	Selecionar de forma contínua os bolsistas mediante necessidade	Bolsa				
03	3	Implementar os bolsistas selecionados					
04	4	Solicitar à FAPEMIG o pagamento dos Bolsistas					
05	5	Entrega de relatórios parciais das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados e comprovações dos bolsistas titulados.	Relatório				
06	6	Entrega de relatório final das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados e comprovações dos bolsistas titulados.	Relatório				
07	7	Realizar, anualmente, um Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior -BIC Jr, para divulgar os resultados dos trabalhos dos bolsistas por meio de apresentação oral ou na forma de pôster.	Relatório				

OBS: Outras metas poderão ser adicionadas conforme convênio.

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DEPESA				
ESPECIFICAÇÃO	COTA (NÚMERO DE BOLSAS)	QUANTIDADE DE MESES (POR MODALIDADE)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PAGO PELA FAPEMIG
Pagamento Mensal das Bolsas				
			Subtotal	
		Fator de correção*: 10%	Total	

* O fator de correção reflete a projeção futura de alterações incrementais advindas de reajuste no valor das bolsas de cota, incremento na duração da bolsa em razão de legislação (casos em que a bolsista é gestante) e/ou cobertura de intercorrências durante a execução do convênio (ex: cumprimento de decisões judiciais).

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma Financeiro da Meta 04						
Mês/Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Mai						
Junho						

Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						
					Total:	

7. DECLARAÇÃO PELA CONVENENTE

Na qualidade de representante legal da CONVENENTE, declaro para fins de prova junto à FAPEMIG, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual de Minas Gerais ou qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual, que impeça a execução desse Convênio, na forma deste Plano de Trabalho.

Belo Horizonte, MG,

 Reitor da XXXX
 Nome

8. APROVAÇÃO PELA FAPEMIG

Belo Horizonte, MG

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, de nacionalidade _____, residente na _____, nº _____, complemento _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, discente regularmente matriculado(a) no curso do ensino médio ou de educação profissional da Rede Pública em _____, sob o número de matrícula _____, da EXECUTORA _____, ciente das obrigações e requisitos inerentes à qualidade de bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica Júnior – BIC Jr da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG):

a) Declaro:

I-Estar matriculado(a) regularmente no Ensino Médio ou Profissional da rede pública de ensino.

II- Ser domiciliado(a) no estado de Minas Gerais;

III- Não possuir vínculo de trabalho, entendido como qualquer vínculo jurídico estipulado, expressa ou tacitamente, com pessoa física ou jurídica, que a remunera pelos serviços prestados, abrangendo, dentre outras relações laborais, o trabalho autônomo, o trabalho eventual, o trabalho avulso, o trabalho decorrente de vínculo estatutário ou celetista, o trabalho exercido pelo Microempreendedor Individual, o trabalho exercido por sócio de empresa para o qual receba remuneração e o trabalho realizado por meio de vínculo empregatício, dentre outros;

IV- Não acumular a percepção da bolsa com qualquer outra modalidade de auxílio ou bolsa.

b) Em atenção às normas da FAPEMIG, comprometo-me a:

V – Dedicar-me integralmente às atividades de Pesquisa propostas no Plano de Trabalho;

VI- Manter e comprovar desempenho acadêmico satisfatório;

VII- Responder a todos os questionários de avaliação de desempenho solicitados;

VIII- Comunicar imediatamente à Coordenação da Instituição de Ensino qualquer alteração de natureza incompatível com as normas de concessão da bolsa;

IX- Entregar a documentação de prestação de contas técnico-científica ao término da bolsa;

X- Devolver à FAPEMIG eventuais benefícios pagos indevidamente.

XI- Participar do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior - BIC Jr.

XII- Verificar a possibilidade de cumulação junto ao órgão concedente de eventual benefício tido pela FAPEMIG como acumulável (Ministério do Trabalho, INSS, etc), tais como, seguro-desemprego, na forma da Lei nº 7.998/1990, ou salário-maternidade na condição de desempregada, na forma da Lei nº 8.213/1991, dentre outros não vedados pelo Manual da FAPEMIG, pela chamada, termo de outorga, convênio ou instrumentos congêneres que fundamentam a bolsa.

c) Atesto estar ciente que:

XIII- A outorga de bolsa não cria e não envolve relação empregatícia de qualquer espécie entre o bolsista, a FAPEMIG e a EXECUTORA;

XIV- Qualquer produção científica gerada pelo bolsista, decorrente deste apoio, individual ou em colaboração, deverá mencionar o apoio da FAPEMIG;

XV- Manter o sigilo e a confidencialidade das informações e dados pertinentes à pesquisa decorrente deste apoio, quando esta produzir ou puder produzir resultado potencialmente objeto de qualquer forma de registro de Propriedade Intelectual.

XVI – A bolsa concedida será mantida até a colação de grau;

XVII- A bolsa poderá ter seu prazo prorrogado por até 120 (cento e vinte) dias, se for comprovado o afastamento temporário do bolsista em virtude da ocorrência de parto, bem como de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa, nos termos da Lei Federal n. 13.536/2017;

XVIII- A inobservância dos requisitos citados acima ou a prática de qualquer fraude pelo bolsista implicará no cancelamento da bolsa e na obrigação de restituição integral e imediata dos recursos à FAPEMIG, atualizados conforme os índices legais, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

d) Responsabilidades quanto a utilização do Cartão Magnético/Conta Corrente:

XIX- Será responsável pelas despesas e obrigações decorrentes da utilização devida ou não do cartão emitido em seu nome;

XX- Comunicação de furto, perda e/ou extravio através dos serviços das Centrais de Atendimento, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados, quando se tratar de cartão em vigor.

Este Termo vincula-se, para todos os efeitos legais, ao Convênio para PD&I de Concessão de Cota de Bolsas de Iniciação Científica Jr. n. XX/2022, celebrado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e a EXECUTORA.

Local, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) bolsista

Assinatura do(a) responsável legal do(a) bolsista

Assinatura e carimbo da Coordenação do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior -BIC Jr.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Speziali, Diretor(a)**, em 08/08/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sergio Lacerda Beirao, Presidente**, em 08/08/2022, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51046369** e o código CRC **4BBCDA5E**.